



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA CPI DA MERENDA

C.M.R.P
Req. 46/17
Fl. 17
Rub. 2010

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2017, às 14:55hs, na Sala de Comissões da Câmara Municipal, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Requerimento nº 36.556/16 e 46/17, na presença dos Vereadores Bertinho Scandiuzzi, Maraca e Isaac, foi aberta a reunião da CPI, o Presidente iniciou cumprimentando todos os presentes, agradecendo a presença dos Vereadores presentes nesta reunião, explicou que nesta reunião será ouvido o Sr. Paulo Muniz, para que possa esclarecer à população dúvidas acerca da merenda escolar. Ver. Isaac cumprimentou todos os presentes, afirmou que a CPI faz esta oitiva para trazer mais esclarecimentos e que possa na conclusão trazer uma ferramenta em prol da cidade. Ver. Maraca com a palavra cumprimentou o Presidente da CPI, ressaltando a importância de explicar e verificar onde e como o Poder público tem gasto os recursos, que deve-se mostrar a verdade sempre, é importante que se apure e tomem as providências acerca do que for apurado. O Presidente chamou Paulo o cumprimentando e solicitando que compusesse a mesa para iniciar a oitiva. Com a palavra indagou qual o cargo que o depoente ocupou na gestão anterior e suas funções. Respondeu que era presidente da Comissão de Licitação e pregoeiro da Prefeitura, que atualmente é aposentado da Prefeitura e é funcionário da Transerp, exerce a função de compras e contratos. Respondeu a indagação do Ver Bertinho que na administração passada quem fazia a cotação dos produtos da merenda eram os responsáveis que trabalhavam na Divisão da alimentação escolar, os nomes dos servidores não saberia dizer, que o chefe era Aliomar, mas quem fazia as cotações, não sabe dizer porque trabalhavam em locais diferentes dos mesmos; Se tem conhecimento da preocupação de Aliomar e do Secretário da Educação da época quanto a abertura desta CPI, o depoente respondeu que não teve conhecimento de tal preocupação. Se é de conhecimento do depoente de na divisão de alimentação escolar haver práticas ilícitas na aquisição da merenda, no tocante principalmente a cotação; disse que não tem conhecimento de como era feita a cotação, que sabe que quanto ao gênero alimentício, era adotada a tabela do Ceagesp. Porque na administração passada quando da utilização da tabela do Ceagesp utilizaram os maiores valores constante da tabela? Disse que desconhece, que quando chegavam para ele os preços já vinham definidos. E quanto a ser em Kg e não por maço ou engradado, disse que desconhece porque já vinha pronto na requisição, que nunca chamou atenção, porque era assim encaminhado à Sec de Administração e era a forma como era acompanhado na Divisão de Alimentação Escolar pelas nutricionistas. Respondeu ainda que não se recorda de haver ata de registro ou se tinha algum produto com um preço extraordinário, talvez porque os preços do hortifruti oscilam em muito. Ver. Bertinho afirmou que na última reunião foi informado que o Sr. José Marcos era responsável pelas cotações da Secretaria da Educação, disse que nunca ouviu falar desta pessoa, que não conhece este nome; O presidente afirmou que em matéria publicada no jornal a Tribuna foi publicado que a Prefeitura pagava muitas toneladas a mais em pernil se foi o depoente que atuou no pregão, disse que era o pregoeiro, mas como o preço já vem cotado para ele, explicou que a Secretaria faz a requisição e as cotações e manda para a Secretaria da Administração e monta-se um processo, é feito um edital e vai para a Secretaria dos Negócios Jurídicos para parecer acerca do edital e assim por diante, que não pode pagar acima do preço da tabela, que segue o que já está pré-determinado. Que tinha conhecimento da matéria, mas que não se recorda se foi adquirido ou não. Se teve conhecimento de possível conluio de empresas que tentaram elevar os preços dos produtos; disse que desconhece, que não ocorria, que não tem conhecimento deste fato. O Presidente afirmou que em 04/06/2016, o jornal a Tribuna publicou notícia de licitação com valores



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

superfaturados do mamão, em 305%, se teve conhecimento da matéria? Disse que da matéria teve conhecimento, quando vem o pedido da Secretaria da Educação, já vem com a cotação pronta, como é um produto que oscila no mercado e todo o processo demora até a publicação dos editais, os preços oscilam, então no dia da realização do pregão, pegavam a tabela do Ceagesp do dia anterior, que não pode pagar um centavo acima do preço reservado (constante da requisição), nem acima do preço constante na citada tabela do dia anterior; Como responsável pela condução do pregão, se nunca notou nada de estranho em relação ao hortifruti? Respondeu que com relação a horti utilizavam a tabela do Ceagesp, para os demais produtos era difícil saber, porque as cotações já vinham prontas, se tinha autonomia de baixar o valor se percebesse que estava acima do preço do mercado, respondeu que a função do pregoeiro é essa, de tentar baixar o preço o máximo possível, que não se recorda de algo com preço superfaturado e ter que baixar muito o preço. Que nunca percebeu discordância ou interesse de um fornecedor com outro para tentar um preço maior, disse que o procedimento licitatório não permite isso, com relação ao certame declarar vencedor fornecedor com preço maior do que outro, disse que não pode porque o procedimento licitatório visa a compra pelo menor preço. Que no jornal a tribuna foi publicado que a Prefeitura mudou a forma de licitar após denúncia, disse que não se recorda disso, que como a requisição já vem pronta, não há como mudar a metodologia. A assessora da Vereadora Gláucia Berenice, Leandra Moura, cumprimentou os presentes e solicitou que na prática esclarecesse as atribuições do pregoeiro/leiloeiro, se era responsável por averiguar as cotações e as empresas participantes, respondeu que existe uma diferença do leiloeiro para o pregoeiro, que como pregoeiro quando a requisição chegava, montava-se um processo, quando vinha para ele ou para a comissão de licitação, se fosse caso de hortifruti, pegavam a tabela do Ceagesp do dia anterior e faziam a comparação do que foi cotado, que entre a cotação e o pregão os preços oscilavam muito, que assim, trabalhava com a tabela do CEAGESP, exemplificou que se a cotação estava em R\$ 30,00 e no dia da realização do pregão estava em R\$ 10,00, não pagava mais do que R\$ 10,00, que a cotação da CEAGESP era de conhecimento de todos e também dos fornecedores, que assim, respeitava o valor de reserva, que nos outros itens, tentavam puxar o preço para tentar o menor preço possível. O Presidente indagou ainda com relação ao Pernil, que ficou perceptível que uma empresa participou para elevar o preço médio da cotação; disse que não se recorda, mas que não dá para saber na hora os preços de tudo, que a cotação não era eles quem faziam nem a amostra; quanto a documentação das empresas, afirmou que recebia apenas da vencedora, Leandra afirmou que tinham empresas do mesmo grupo econômico o que não era permitido, se não houve percepção disso? Respondeu que era muito dinâmico, que não dava para acompanhar, afirmou que sempre primaram pela transparência e se aconteceu isso, não tinham interesse nenhum, o interesse era apenas em pagar o menor preço; que depois disso é que a comissão passou a verificar a questão das empresas de um mesmo grupo econômico. Ver. Bertinho fez a leitura de uma reportagem do jornal a tribuna de mudança do procedimento de licitação da Prefeitura, mudando a forma de conferência dos preços dos itens; disse que não se recorda de tal mudança, porque há critérios estabelecidos, e a Comissão de licitação não muda critérios, estes já são estabelecidos, que não pode pagar acima do valor de reserva, nem acima do valor da tabela do Ceagesp do dia anterior, que não se recorda de tal mudança. Ver. Luciano Mega cumprimentou todos os presentes, com relação a reunião anterior da CPI, a Sr Adriana afirmou que o valor do frete mudou de 30% para 24% que foi estabelecido junto ao Ministério Público se saberia informar acerca de tais valores; respondeu que não tem conhecimento desta informação porque a requisição já chega pronta da Secretaria, respondeu ainda que quanto ao Sr. José Marcos Oteiro que não o conhece. Ver Bertinho abriu a palavra aos participantes, afirmou que apesar de ter vindo prestar esclarecimentos, muitas coisas não se recordou, mas agradeceu a presença do depoente, que tem como objetivo de trazer à população a

C.M.R.P	
Req.	46/17
Fl.	18
Rub.	Rado



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

informação de como está sendo gasto o dinheiro público, que foi noticiado o superfaturamento de diversos gêneros, que sabe da boa vontade do depoente em prestar esclarecimentos, agradecendo a presença do mesmo. O Depoente afirmou que não precisa agradecer porque é sua função que todos os processos licitatórios feitos por ele e toda comissão de licitação estão à disposição, até porque é público assim, como o dinheiro que é também público, todos devem cuidar muito bem, que sempre frisou muito isso, valorizando a transparência em todos os processos, que se coloca à disposição sempre que necessário. O presidente procedendo comentários finais, afirmou que por duas ocasiões não conseguiram localizar a servidora Eliana para vir depor nesta CPI, mas que vão continuar tentando, pois escutá-la é fundamental para a apuração dos fatos. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 15:36hs, da qual para constar, eu Patrícia Midori Kimura *PMK*, servidora designada para este ato, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada pelo Presidente da CPI.

Bertinho Scandluzzi
Bertinho Scandluzzi
Vereador
Presidente da CPI

C.M.R.P
Req. 46/13
Fl. 19
Rub. Rap